

Entre Brincadeiras e Relatos: A Comunicação Comunitária No Centro De

Educação Popular Irmã Werburga¹

César Melo de Freitas Filho²

Mayane Rodrigues de Lira.³

Cintya Juliana Pinheiro Castor Galindo⁴

Bruno Dias Lino da Silva⁵

Jhenyfer Camila Soares Silva⁶

João Pedro Azevedo Andrade.⁷

Giovana Borges Mesquita⁸

Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE

RESUMO

O presente artigo relata a experiência de oficinas lúdicas realizadas no Centro de Educação Popular Irmã Werburga (CEPIW), em Caruaru-PE, com foco na comunicação comunitária como ferramenta de fortalecimento da cidadania. A proposta foi desenvolvida por estudantes de Comunicação Social da UFPE, campus Caruaru, e envolveu atividades interativas com crianças de 8 a 12 anos. A metodologia baseou-se em dinâmicas participativas e no diálogo, fundamentando-se nos estudos de Peruzzo (2009). Como resultado, observou-se maior envolvimento das crianças com os debates e com o reconhecimento de seu papel comunicador dentro da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Comunitária; CEPIW; Crianças; Atividades lúdicas; Educação Midiática .

Introdução

A comunicação comunitária tem sido amplamente estudada como essencial para a construção da cidadania e a promoção da inclusão social. Segundo Peruzzo (2009), a comunicação comunitária não se limita ao acesso à informação, mas representa um espaço de participação ativa, onde indivíduos e grupos marginalizados podem expressar

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GTNE23 - Processos Midiáticos, Infâncias e Juventudes, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Graduando do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: cesar.freitas@ufpe.br

³ Graduanda do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: mayane.lira@ufpe.br

⁴ Graduanda do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: cintya.juliana@ufpe.br

⁵ Graduando do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: dias.lino@ufpe.br

⁶ Graduanda do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: jhenyfer.camila@ufpe.br

⁷ Graduanda do Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: joao.pedroazevedo@ufpe.br

⁸ Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: giovana.mesquita@ufpe.br

suas vivências, reivindicar direitos e fortalecer sua identidade coletiva. A ausência de representatividade nos meios de comunicação tradicionais reforça a importância de iniciativas que promovam a comunicação como um direito e um instrumento de transformação social.

O artigo faz um relato de experiência de um projeto desenvolvido na disciplina de Comunicação Comunitária por estudantes do curso de Comunicação Social, do Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, cidade do Agreste pernambucano. O projeto foi realizado no Centro de Educação Popular Irmã Werburga (CEPIW), uma Organização Não Governamental, que atende crianças e adolescentes, totalizando mais de 150 famílias no Monte Bom Jesus, em Caruaru.

A iniciativa teve como objetivo central fomentar reflexões sobre o direito à comunicação. Partindo do entendimento de que a comunicação é um direito humano fundamental (UNESCO, 1980), buscou-se desenvolver atividades que estimulassem o pensamento crítico das crianças e adolescentes sobre a produção e o consumo de informações, bem como sobre sua participação na esfera pública. A metodologia adotada baseou-se na pedagogia freireana, que enfatiza a educação dialógica e a construção coletiva do conhecimento (FREIRE, 1996). Dessa forma, as oficinas foram planejadas para estimular a autonomia dos participantes e para aproximar a teoria da comunicação comunitária da prática vivenciada no cotidiano da comunidade.

A Comunicação como Direito

A comunicação é um direito humano essencial para o exercício da cidadania e a garantia da liberdade de expressão. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) estabelece que todo indivíduo tem o direito de receber e difundir informações por qualquer meio e sem interferências. No entanto, a democratização da comunicação ainda é um desafio, especialmente em contextos de desigualdade social, onde o acesso à informação de qualidade é limitado. Nesse cenário, a comunicação comunitária surge como instrumento de resistência e empoderamento, permitindo que diferentes grupos sociais se apropriem das ferramentas comunicacionais para promover mudanças em suas realidades.

De acordo com Peruzzo (2009), a comunicação comunitária vai além da transmissão de informações, configura-se como um processo de construção coletiva do conhecimento, que promove a participação ativa dos sujeitos na esfera pública. Isso se torna ainda mais relevante no contexto digital, em que crianças e adolescentes estão expostos a um volume crescente de informações, nem sempre acompanhadas de formação crítica para avaliar sua veracidade e relevância. As oficinas desenvolvidas no CEPIW tiveram como um de seus eixos principais a discussão sobre o direito à comunicação, enfatizando a necessidade de compreendê-la como um processo bidirecional, no qual os sujeitos não apenas consomem, mas também produzem conteúdo.

Além disso, o direito à comunicação está relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito à liberdade de expressão e ao acesso à informação de qualidade (BRASIL, 1990). No entanto, muitos jovens desconhecem os direitos previstos na legislação, o que reforça a importância de abordagens educacionais que aproximem esses conceitos da realidade dos participantes.

A Comunicação na Comunidade do CEPIW

O Centro de Educação Popular Irmã Werburga (CEPIW) desempenha um papel fundamental na promoção da educação e da cultura na comunidade do Monte Bom Jesus, em Caruaru. A instituição atende mais de 150 famílias e oferece atividades socioeducativas, artísticas e culturais, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento de projetos de comunicação comunitária. A realidade dos moradores do Monte Bom Jesus reflete desafios comuns a muitas comunidades periféricas do Brasil, como a desigualdade de acesso a oportunidades educacionais e culturais. Dentro desse contexto, a comunicação se torna uma ferramenta essencial para fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As oficinas realizadas no CEPIW foram organizadas com base em encontros prévios com a coordenação e direção da instituição, nos quais foram discutidas as principais demandas da comunidade e identificadas as temáticas que seriam mais relevantes para trabalhar com as crianças atendidas pelo Centro. Apesar do interesse em uma atuação mais prolongada, os encontros aconteceram em apenas dois momentos

devido a limitações estruturais da própria universidade: o campus da UFPE em Caruaru localiza-se em uma região afastada do Centro da cidade, onde está situado o CEPIW. Além disso, há uma escassez de transporte oferecido pela universidade, e grande parte dos estudantes envolvidos no projeto reside em outras cidades, o que dificultou o deslocamento até o local.

Durante as visitas ao CEPIW, observou-se que as crianças e adolescentes participantes das oficinas já estavam inseridos no universo digital, utilizando redes sociais como TikTok, Instagram, WhatsApp e YouTube como principais meios de comunicação e entretenimento. No entanto, ficou evidente a necessidade de um trabalho educativo voltado para o uso crítico e responsável dessas plataformas digitais. Muitos participantes relataram ter sido vítimas de desinformação, exposição excessiva e interações perigosas no ambiente digital, o que reforçou a importância de trabalhar temas como segurança digital, combate às *fake news* e comunicação responsável.

As oficinas

As oficinas foram planejadas utilizando metodologias ativas para estimular o protagonismo juvenil. Inspirando-se em Paulo Freire (1996), buscou-se uma abordagem dialógica, em que as crianças não apenas absorvessem conteúdos, mas também compartilhassem experiências e construíssem coletivamente soluções para os desafios da comunicação cotidiana. Incentivou-se a valorização da comunicação local e da produção de conteúdo próprio, mostrando que redes sociais e outras plataformas digitais podem ser usadas estrategicamente para fortalecer identidades culturais e promover conscientização sobre questões comunitárias.

As atividades foram voltadas para crianças entre oito e doze anos, pensadas para que todas compartilhassem experiências e conhecimentos sobre comunicação e temas cotidianos, como segurança, direitos das crianças e convivência social. Foi necessária uma organização prévia entre os integrantes do grupo para definir o melhor caminho metodológico, respeitando as diferentes faixas etárias e garantindo a participação ativa nas dinâmicas.

Para introduzir o conceito de Comunicação Comunitária, utilizou-se a contação de uma fábula criada pelo grupo, intitulada “A Floresta em Harmonia”. A história aborda um momento de caos vivido por animais após uma forte tempestade. A moral da fábula foi discutida com as crianças em roda de conversa, explorando a importância de ouvir e ser ouvido para que todos tenham voz. A proposta buscava refletir sobre a comunicação nas relações cotidianas e no fortalecimento da coletividade.

Em outra dinâmica, as crianças foram convidadas a opinar sobre atitudes seguras no uso de redes sociais. Dois integrantes do grupo vestiam camisetas nas cores verde e vermelho, representando comportamentos “certos” e “errados” no ambiente digital. As crianças escolhiam entre os dois, refletindo sobre práticas online e discutindo formas de prevenir riscos. A atividade buscava desenvolver pensamento crítico sobre o conteúdo digital e estimular uma postura mais consciente nas interações virtuais.

A discussão foi ampliada com uma roda de conversa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), abordando de forma lúdica os direitos e deveres das crianças. Como forma de sistematizar o aprendizado, os participantes fizeram desenhos representando os temas discutidos. A etapa seguinte das oficinas focou na produção de conteúdo audiovisual. Após uma conversa sobre a experiência das crianças no CEPIW e suas atividades preferidas, iniciou-se a gravação de vídeos em que elas relataram momentos marcantes e contaram o que o Centro representa em suas vidas. A proposta buscava incentivar a expressão pessoal, o desenvolvimento da oralidade e o uso da comunicação como forma de valorização da própria história.

Também foi realizada uma leitura compartilhada do livro “Deixa eu falar”, da biblioteca do CEPIW. As crianças foram estimuladas a interagir com as imagens e criar novas narrativas com base nos personagens. A leitura foi seguida de uma brincadeira inspirada no jogo “telefone sem fio”, em que cada participante acrescentava um trecho à história iniciada pelo colega. A atividade favoreceu a criatividade, a escuta ativa e a construção coletiva de sentido, reforçando a importância do diálogo.

Ao final, os participantes criaram e gravaram uma história fictícia sobre dois palhaços que faziam brincadeiras e encantavam as crianças durante suas apresentações. Essa produção audiovisual foi um momento marcante de apropriação da comunicação

como ferramenta de expressão, permitindo que experimentassem diferentes papéis dentro da narrativa, do roteiro à atuação. Dois frequentadores mais antigos gravaram depoimentos sobre suas vivências no Centro, ressaltando sua importância em suas trajetórias.

Considerações finais

A experiência vivida no CEPIW evidenciou a força da comunicação como ferramenta de transformação social, especialmente quando acessada de forma crítica, participativa e conectada às realidades locais. Durante as atividades, emergiram temas delicados, mas urgentes, como a sexualização precoce das crianças, o abandono parental, situações de violência e sentimentos de desesperança frente ao futuro. Esses relatos espontâneos evidenciam a importância de espaços seguros onde crianças possam expressar suas vivências, além de reforçar o papel da comunicação comunitária na escuta ativa e no acolhimento dessas realidades.

As oficinas reafirmaram a relevância de aproximar os direitos comunicacionais do cotidiano das crianças, contribuindo para que se reconheçam como sujeitos ativos na construção de narrativas sobre si, sua comunidade e o mundo ao redor. Mais do que momentos pontuais de aprendizado, os encontros tornaram-se oportunidades para construir vínculos, promover cidadania e fortalecer redes de cuidado e pertencimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação comunitária: conceitos, trajetórias e dilemas teóricos. São Paulo: Paulus, 2009.